



**MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO
CÂMARA MUNICIPAL**

ATA DA REUNIÃO ORDINARIA REALIZADA NO DIA
01 DE OUTUBRO DE 2019

N.º 21/2019

PRESIDÊNCIA: Dr. Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, José Manuel Moreira Lopes, Prof.
Urbano Salgueiro Vidal e Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles. -

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Não Houve. -----

SECRETARIOU: António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão. -----

HORA DE ABERTURA: 10:30. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não Houve. -----

LOCAL DA REUNIÃO: Sala de Reuniões dos Paços do Município. -----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada no final da respetiva reunião. -----



SUMÁRIO

Pág.

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

- 1 – Pedidos de Informações e Esclarecimentos apresentados pelo Senhor Vereador do PPD/PSD, Daniel Joaquim Andrade Teles..... 4

II – ORDEM DO DIA

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

- 1 – Águas do Interior Norte E.I.M., S.A – Tarifário Social de Ajustamento de Referência..... 5
- 2 – Geoparque da Área Alvão-Marão e Fratura Verin-Chaves-Régua – Memorando de Entendimento..... 7

DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS

- 3 – Delegação de Competências – Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado 10
- 4 – Formação Profissional dos trabalhadores do Município de Santa Marta de Penaguião – Resposta ao Senhor Vereador Arquiteto Daniel Teles..... 10

Tesouraria

- 5 – Resumo dos Fluxos de Caixa de 13 a 26 de setembro de 2019 12

DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

- 6 – Correção/Retificação de Erro Material da informação técnica 1245 datada de 03/09/2019..... 12
- 7 – Delegação de Competências – Informação do Senhor Vereador em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes 14
- 8 – Aquisição de energia elétrica, anos 2020 e 2021, para as instalações do Município de Santa Marta de Penaguião..... 14
- 9 – Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) – Exercício do Direito de Preferência – julho 2019..... 17



10 – Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) – Exercício do Direito de Preferência – agosto 2019.....	18
---	----

**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA,
DESPORTO, AÇÃO SOCIAL E TURISMO**

Serviço da Educação

11 – Aprovação de Protocolo de Cooperação com o Agrupamento de Escolas do Concelho de Santa Marta de Penaguião.....	19
---	----

Serviço da Ação Social

12 – Fábrica da Igreja de Fontes – Capela Santa Maria Madalena – Póvoa da Serra – Pedido de Participação Financeira.....	20
--	----

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

13 – Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião	21
---	----



I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

**Pedidos de Informações e Esclarecimentos apresentados pelo
Senhor Vereador do PPD/PSD, Daniel Joaquim Andrade Teles**

----- 1 – O Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles, apresentou o seguinte: -----

----- “ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- Daniel Joaquim Andrade Teles, vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, eleito pelo Partido Social Democrata (PPD/PSD), nos termos do Estatuto do Direito de Oposição e ao Regimento da Câmara Municipal, em vigor, vem declarar e requerer o seguinte: -----

----- PONTO UM – PEDIDO DE INFORMAÇÕES -----

----- Decorrente dos relatórios que me foram remetidos, relativamente às vistorias realizadas à sede de cinco Associações do concelho, resultando uma nota global negativa, em matéria do cumprimento das normas e regulamentos técnicos em vigor. Para não colocar em causa a sua utilização, em razão de segurança contra incêndios, higiene e salubridade e cumprir o acesso universal dos cidadãos a esses espaços, serão necessárias variadíssimas intervenções. Sob pena de seu funcionamento ser colocado em causa. Por isso, solicito ao Senhor Presidente da Câmara as seguintes informações: -----

----- a) Foi ou está a ser elaborado um estudo de reabilitação desses espaços? -----

----- b) Foram quantificados os trabalhos e custos associados? -----

----- c) Estes trabalhos serão para incluir no próximo plano de atividades? -----

----- PONTO DOIS – PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS -----

----- Assunto: Orçamento Participativo -----

----- Durante a reunião ordinária de Assembleia Municipal do passado dia 27 de setembro, tive conhecimento que o programa relativo ao Orçamento Participativo não teve nenhuma proposta de candidatura. Tratando-se de uma ação aberta à comunidade, é para nós um motivo de preocupação, porque é relevador da inércia instalada no nosso concelho, e questiono o senhor Presidente da Câmara Municipal: -----

----- a) Que ações foram realizadas junto das Associações culturais, desportivas e recreativas, junto da comunidade escolar, e ainda junto dos estudantes do ensino superior agraciados pelo apoio municipal? -----



----- b) Que exemplos práticos foram divulgados para gerar a motivação necessária junto da comunidade? -----

----- PONTO TRÊS – PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS -----

----- Solicito ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que faça o ponto de situação dos projetos cofinanciados por fundos comunitários europeus, e ainda para os quais este vereador aprovou um empréstimo bancário para a sua execução, no valor de 1 300 000,00€. -----

----- Paços do Concelho e Santa Marta de Penaguião, 1 de outubro de 2019. -----

----- O vereador, Daniel Joaquim Andrade Teles. -----

----- Ass: Daniel Teles.” -----

II – ORDEM DO DIA

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Águas do Interior Norte E.I.M., S.A. – Tarifário

Social de Ajustamento de Referência

----- 1 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “i - Antes da materialização de toda a documentação entregue no Tribunal de Contas subjacente ao visto prévio concedido por esta entidade para a constituição formal da sociedade Águas do Interior Norte E.I.M., S.A. (doravante AIN), todos os Municípios asseguraram de forma clara o compromisso de tudo fazerem para garantir a sustentabilidade económico financeira da Empresa Intermunicipal a constituir; -----

----- ii - A AIN somente será viável económico-financeiramente se, desde o início da sua atividade, se os tarifários a praticar para todos os seus Clientes forem os previstos e aprovados no seu Estudo de Viabilidade Económico Financeira (doravante EVEF) entregue no Tribunal de Contas; -----

----- iii - A não adesão por parte de todos os Municípios a esse tarifário de referência (22,97€) desde o início da sua actividade, assumir-se-á como uma debilidade estrutural que importa previamente acautelar; -----



---- iv - Somente garantida a sustentabilidade económico-financeira da AIN através do cumprimento escrupuloso de todos os documentos subjacentes à concessão do Visto Prévio pelo Tribunal de Contas (principalmente o seu EVEF) permitirá a estabilidade previsional e gestonária que possibilitará a materialização do conjunto de investimentos preconizados no seu EVEF, nomeadamente os preconizados para os primeiros 5 anos de actividade da empresa; --

---- v - Esses avultados investimentos iniciais são fundamentais para garantir a elevação da qualidade do serviço prestado aos seus Clientes, nomeadamente no que se reporta ao controlo das perdas de água e à eficiência do consumo de um bem socialmente tão essencial como a água;

---- vi - É no momento prévio à constituição formal da AIN que todos os seus acionistas (os Municípios que integram esta Empresa) deverão consensualizar as traves mestras do seu importante período inicial de funcionamento (constituindo naturalmente o seu Tarifário uma delas, quiçá a mais relevante). -----

---- Assim, propõe-se ao Executivo que aprove o compromisso de acordo com a minuta anexa atendendo a que: -----

- a) Atualmente toda a água que entra nos sistemas dos Municípios integrantes da AIN provém apenas de um único fornecedor em "Alta", a sociedade Águas do Norte, S. A. (doravante ADNorte); -----
- b) Toda essa água atualmente fornecida pelo sistema em "Alta" é totalmente faturada pela ADNorte a cada um dos Municípios, suportando na presente data os Municípios todas as perdas/ineficiências dos respetivos sistemas municipais; -----
- c) A criação da AIN visa transferir para essa empresa a responsabilidade de gerir todo o ciclo de distribuição "Baixa" desse bem essencial a cada um dos consumidores residentes nos territórios de atuação da AIN; -----
- d) Todos os estudos económicos tendentes à constituição da AIN pressupõem a aplicação desde o seu início de funcionamento de uma tarifa de referência e que esses estudos estiveram na base da concessão por parte do Tribunal de Contas do Visto Prévio à constituição jurídica desta Empresa; -----
- e) Mantendo todos os Municípios os seus poderes intactos, está na disponibilidade de cada Município decidir se pretende ou não aplicar no seu território, de uma só vez ou de forma faseada, a *supra* mencionada tarifa de referência; -----
- f) O diferencial decorrente desta opção terá de ser assumido individualmente pelo



respetivo Município sob pena de uma decisão distinta colocar em causa todos os estudos que sustentam a constituição da AIN.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a proposta apresentada.** -----

**Geoparque da Área Alvão-Marão e Fratura Verin-
Chaves-Régua – Memorando de Entendimento**

----- 2 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal, Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- “1 - De acordo com o Programa Internacional de Geociências e Geoparques da UNESCO, um geoparque é um território singular, com uma área geográfica unificada onde locais e paisagens de importância geológica internacional são geridos numa conceção holística de proteção, educação e desenvolvimento sustentável, para além de se constituir como território de excelência para a investigação científica. O envolvimento da comunidade local, um financiamento base assegurado e uma entidade de gestão do território capaz de colocar em prática estratégias de desenvolvimento de “baixo para cima”, são dimensões relevante do conceito de geoparque. -----

----- 2 – Os municípios de Amarante, Baião, Chaves, Marco de Canaveses, Mesão Frio, Mondim de Basto, Peso da Régua, Ribeira de Pena, Santa Marta de Penaguião, Vila Pouca de Aguiar e Vila Real, assim como a Associação de Municípios do Baixo Tâmega, com base na iniciativa da Cátedra UNESCO em Geoparques da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro constituem um núcleo inicial de instituições empenhadas na criação de um Geoparque. -----

----- 3 – De acordo com os requisitos definidos nas “Operational Guidelines for UNESCO Global Geopark”, será apresentada a carta de manifestação de interesse destes municípios no Fórum Português de Geoparques Mundiais UNESCO, no intuito de ser encetado o processo de apresentação da candidatura do Aspirante a Geoparque Mundial da UNESCO. -----

----- Assim, propõe-se a aprovação do Executivo Municipal o memorando de entendimento a celebrar entre os municípios Amarante, Baião, Chaves, Marco de Canaveses, Mesão Frio, Mondim de Basto, Peso da Régua, Ribeira de Pena, Santa Marta de Penaguião, Vila Pouca de Aguiar e



Vila Real, assim como a Associação de Municípios do Baixo Tâmega, que se rege pelos termos seguintes: -----

----- I -----
Objeto -----

O presente memorando de entendimento tem por objeto estabelecer os termos de cooperação dos municípios supra indicados, no âmbito da constituição do Aspirante Geoparque, da sua estrutura de gestão e da sua candidatura a Geoparque Mundial da UNESCO. -----

----- II -----
Constituição da Entidade de Gestão do Geoparque -----

- 1- Os signatários acordam em criar como entidade de gestão do Aspirante GO uma Associação sem Fins Lucrativos, cuja designação será alvo de concurso de ideias junto à comunidade deste espaço geográfico. -----
- 2- A Associação é responsável pela gestão do geoparque e pela elaboração da candidatura do Aspirante, a Geoparque Mundial da UNESCO, a apresentar ao Fórum Português de Geoparques Mundiais. -----
- 3- A Associação deverá ser financeira e estatutariamente autónoma e independente. -----
- 4- A Associação deverá enquadrar as estruturas básicas de uma associação, de acordo com os estatutos a aprovar, tendo a representação dos municípios nos respetivos órgãos, bem como eventuais outras instituições associadas, consideradas de interesse estratégico para o funcionamento e desempenho dessa entidade. -----
- 5- A Associação é mandatada para coordenar o processo que irá conduzir à constituição do Geoparque. -----
- 6- A Associação deverá ser coordenada através da figura de um Coordenador Executivo em articulação permanente com um Coordenador Científico, tal como é defendido nas boas práticas da UNESCO e do Fórum Português de Geoparques. -----
- 7- A sede da Associação será em Vila Real, em instalações a ceder pelo ICNF, e a presidência anual rotativa por ordem alfabética dos municípios que constituem a Associação. -----
- 8- A Associação deverá ser formalmente constituída até ao final de 2019, entrando de imediato em funcionamento. -----
- 9- A aspirante Geoparque, procurará desenvolver um trabalho em rede com os restantes Geoparques Mundiais da UNESCO portugueses, com os quais poderá estabelecer a troca de



experiências e conhecimentos, bem como um estreitar de relações com o Fórum Português de Geoparques na componente técnica do processo de candidatura. -----

----- III -----

----- **Contribuição dos Municípios** -----

No âmbito desta iniciativa, os Municípios contribuem através de: -----

1. Desenvolvimento de esforços conjuntos com vista à criação de uma rede de parcerias capazes de dinamizarem ações de intervenção, qualificação e valorização do território do Aspirante e, ainda, o incremento da participação das comunidades no seu próprio progresso através de reconhecimento do seu património natural e cultural e da sua territorialidade; -----
2. Informação de interesse estratégico para a preparação da candidatura do aspirante a Geoparque Mundial da UNESCO e para a valorização do território; -----
3. Meios de divulgação e promoção do Aspirante, designadamente canais e recursos de que disponham -----
4. Promoção de iniciativas de forma coordenada entre os parceiros e outras entidades, que permitam canalizar investimentos e projetos enquadráveis na ação do Aspirante, capacitando financeiramente estas ações. -----
5. Uma contribuição financeira mínima a definir por municípios para custos de funcionamento operativo da Associação, que poderão ser asseguradas em duas prestações em datas a acordar sem prejuízo de a Associação poder procurar outras formas de financiamento. -----
6. Disponibilização de equipamentos, serviços, materiais e utilização de edifícios a definir entre os municípios, sendo este tipo de apoio passível de ser considerado como contributo em espécie. -----

----- IV -----

----- **Disposições Finais** -----

O presente Memorando de entendimento vigora a partir da data da sua assinatura. -----

O presente Memorando de entendimento foi celebrado em _____ de 2019, em _____ exemplares, ficando um para cada uma das partes." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, o memorando de entendimento, nos termos da proposta apresentada.** -----



**DIVISÃO ADMINISTRATIVA,
FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS**

**Delegação de Competências – Informação do Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado**

----- 3 – Presente à reunião informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “Em cumprimento do n.º 1 do artigo 34.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, levo ao conhecimento do Executivo Municipal as declarações por mim proferidas ao abrigo das competências delegadas pela Câmara Municipal, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do referido diploma, no mês de setembro de 2019.” -----

----- Alterações Orçamentais efetuadas no período de 05 a 26 de setembro de 2019. -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

**Formação Profissional dos trabalhadores do Município de Santa Marta
de Penaguião – Resposta ao Senhor Vereador Arquiteto Daniel Teles**

----- 4 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “De acordo com as questões colocadas pelo Senhor Vereador, eleito pelo Partido Social Democrata (PPD/PSD), Arquiteto Daniel Joaquim Andrade Teles, na reunião do Executivo Municipal realizada no dia 17 de setembro do corrente ano, relativas aos procedimentos de formação profissional dos trabalhadores desta autarquia, informo o seguinte: -----

----- Está determinado no Manual da Qualidade, como missão que “O principal objetivo da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião é a melhoria contínua do seu desempenho e a procura constante da satisfação das necessidades e expectativas das partes interessadas (Municípios, representantes eleitos, colaboradores), assegurando assim a melhoria da qualidade de vida da população e a atratividade turística e empresarial da região.” -----



----- Neste sentido, é privilégio desta Câmara Municipal e dos seus colaboradores, a prestação de um serviço público, de excelência, com rigor e qualidade, e, na senda das constantes alterações legislativas, cada vez mais frequentes e exigentes, é proporcionado aos colaboradores a formação adequada às funções que exercem. -----

----- O atual modelo de Gestão de Formação foi implementado pelo Sistema de Gestão da Qualidade e Segurança (SGQS), tendo em conta os princípios estabelecidos pelas normas NP EN ISO 9001:2015 e OHSAS 18001:2007 / NP 4397:2008, e, que esta Câmara Municipal está compelida a utilizá-lo, no âmbito da certificação dos serviços. -----

----- Este modelo, tem como objetivo, gerar condições para a melhoria contínua do desempenho das funções e atividades prestadas pelos trabalhadores, bem como das condições em que se desenvolvem no que respeita à Segurança e Saúde no Trabalho, apostando no rigor da formação e na prevenção de lesões, ferimentos e danos para a saúde. -----

----- Pode-se considerar um modelo versátil, por estar em constante atualização, uma vez que, por um lado, o levantamento das necessidades de formação, é feito bienalmente, aquando das reuniões, entre avaliador e avaliado, no âmbito do Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho dos Trabalhadores - SIADAP 3, identificadas e reconhecidas por ambos, e, por outro, a qualquer momento, a pedido dos colaboradores ou seus superiores, quando são detetadas dificuldades na execução das suas funções, desde que para isso, seja demonstrada a necessidade urgente na realização da formação, exista dotação orçamental e a competente aprovação superior.

----- Depois de aprovadas as necessidades de formação, é elaborado ou revisto o “Plano de Formação” e publicado no SGQS, nas pastas 06 Registos/RECURSOS HUMANOS – FORMAÇÃO, no ficheiro “Plano de Formação – 201_”, com acesso livre a todos os colaboradores.

----- Para a concretização desse Plano o Município recorre, entre outras, à formação ministrada pelo IGAP – Instituto de Gestão e Administração Pública, entidade que tem por objeto a conceção, promoção, organização e realização de projetos formativos, direcionados para os trabalhadores da Administração Pública Central e Autárquica, e pela ATAM – Associação dos Trabalhadores da Administração Local, entidade que tem por objeto fomentar iniciativas e desenvolver ações de formação destinadas ao aperfeiçoamento profissional dos trabalhadores da Administração Local.”

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----



Tesouraria

Resumo dos Fluxos de Caixa do dia

13 a 26 de setembro de 2019

----- 5 – Presente à reunião para conhecimento o Resumo dos Fluxos de Caixa de 13 a 26 de setembro de 2019, o qual apresenta os seguintes valores: -----

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA			Data:	27/09/2019
Recebimentos			Pagamentos	
Saldo do dia anterior:		161 040,49	Despesas Orçamentais	5 135 663,91
Execução orçamental	60 700,75		Correntes	4 355 169,81
Operações de tesouraria	100 339,74		Capital	780 494,10
Receitas Orçamentais		5 239 885,51	Operações de tesouraria	326 103,15
Correntes	4 679 980,26		Saldo para o dia seguinte:	272 737,06
Capital	559 905,25		Execução orçamental	164 922,35
Operações de tesouraria		333 578,12	Operações de tesouraria	107 814,71
Total		5 734 504,12	Total	5 734 504,12

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----


DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

**Correção / Retificação de Erro Material da informação
técnica 1245 datada de 03/09/2019**

----- 6 – Presente à reunião informação da Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

----- "Na informação técnica n.º 1245 datada de 03/09/2019, subscrita pela Chefe de Divisão Signatária, e que alicerçou a deliberação do Executivo Municipal de 5 de setembro de 2019, que autorizou a tomada de Posse Administrativa parcial do imóvel - *prédio rústico, sito no lugar do*

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 21 de 01 de outubro de 2019



Barreiro, com a área de 4812,00 m2, inscrito na matriz predial sob o artigo 1422-B (parte), da freguesia de Fontes, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Marta de Penaguião sob o n.º 408, sou a informar que onde se lê na alínea: -----

----- **"i)** Os sócios-gerentes da empresa Teixeira & Silva-Serviços Agrícolas e Contabilidade, Lda., NIPC 508 105 951, **no dia 23/9/2019** foram notificados presencialmente pelo Fiscal Municipal especialista principal, Alexandre Frederico Moreira, que se fez acompanhar das seguintes testemunhas Roque Santos Silva, Francisco José da Silva Cardoso e três elementos da Guarda Nacional Republicana, do Posto Territorial de Santa Marta de Penaguião para...." -----

----- **k)** "Acresce ainda que o Sr. Rui Miguel Taveira da Silva, na qualidade de coproprietário e explorador do armazém destinado a serralharia, solicitou através do requerimento n.º 1877, datado de **26/9/2019**, a emissão da autorização de utilização do armazém supra identificado." -----

----- **Deve-se ler, corrigindo-se como erro material sanável a qualquer momento,** -----

----- **"i)** Os sócios-gerentes da empresa Teixeira & Silva-Serviços Agrícolas e Contabilidade, Lda., NIPC 508 105 951, **no dia 23/8/2019** foram notificados presencialmente pelo Fiscal Municipal especialista principal, Alexandre Frederico Moreira, que se fez acompanhar das seguintes testemunhas Roque Santos Silva, Francisco José da Silva Cardoso e três elementos da Guarda Nacional Republicana, do Posto Territorial de Santa Marta de Penaguião para..." -----

----- **k)** "Acresce ainda que o Sr. Rui Miguel Taveira da Silva, na qualidade de coproprietário e explorador do armazém destinado a serralharia, solicitou através do requerimento n.º 1877, datado de **26/8/2019**, a emissão da autorização de utilização do armazém supra identificado." -----

----- Nestes termos tomo a liberdade de propor ao Exmo. Sr. Presidente que envie a presente correção/retificação de erro material constante da informação técnica n.º 1245 datada de 03/09/2019 a reunião de Câmara para conhecimento e produção dos devidos efeitos." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, considerar a correção/retificação de erro material constante da informação técnica n.º 1245 datada de 03/09/2019, de acordo com a informação dos Serviços Técnicos, produzindo efeitos à data da reunião realizada no dia 05 de setembro do corrente ano (ponto n.º 6 da ata n.º 19/2019).** -----



**Delegação de Competências – Informação do Senhor Vereador
em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes**

----- 7 – Presente à reunião informação do Senhor Vereador em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes, com o seguinte teor: -----

----- “No uso das competências que me foram delegadas, nos termos do n.º 1 do artigo 34.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, levo ao conhecimento do Executivo Municipal as declarações por mim proferidas ao abrigo das competências delegadas pela Câmara Municipal, ao abrigo do disposto na alínea y) do n.º 1 do artigo 33.º, do mesmo diploma, referentes às obras particulares aprovadas durante o mês de setembro de 2019 que constam do mapa anexo à presente ata e da qual faz parte integrante.” -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

**Aquisição de energia elétrica, anos 2020 e 2021, para as
instalações do Município de Santa Marta de Penaguião**

----- 8 – Presente à reunião informação da Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

----- 1. A atual contratação de energia elétrica em mercado livre resultante do último concurso efetuado pela CIMDOURO para o período de 1 de maio a 31 de dezembro de 2018, renovável até 31 de dezembro de 2019, termina no final do corrente ano de 2019, sendo assim necessário proceder-se ao lançamento de um novo procedimento de contratação; -----

----- 2. Os restantes 18 municípios da Comunidade Intermunicipal do Douro (CIMDOURO) manifestaram, na 105ª reunião do Conselho Intermunicipal da Comunidade, realizada em 05 de junho de 2019, que a referida necessidade da aquisição de energia elétrica em Média Tensão (MT), Baixa Tensão Especial (BTE) e Baixa Tensão Normal (BTN) lhes era comum e tinham interesse em integrar um procedimento igualmente comum para o biénio 2020/2021 (de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020, renovável até 31 de dezembro de 2021; -----

----- 3. Algumas outras entidades do perímetro autárquico manifestaram também o interesse em integrar o procedimento de aquisição de energia elétrica; -----



- 4. Se afigura possível, e vantajoso, o lançamento de um único concurso, com vista à celebração de contratos de aquisição de energia elétrica, foi elaborada uma minuta de protocolo para a constituição de um agrupamento das vinte e três entidades adjudicantes interessadas, à luz do disposto no artigo 39.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, relevando do protocolo a designação da CIMDOURO – Comunidade Intermunicipal do Douro como representante de tal agrupamento, para efeitos de condução do procedimento de formação do contrato (minuta de protocolo em anexo); -----
- 5. A referida minuta de protocolo, foi já aprovada pela CIMDOURO na referida reunião de 05 de junho de 2019 e contém, em anexo, as minutas das peças do procedimento aquisitivo (programa do concurso e caderno de encargos), as quais refletem os termos do protocolo a celebrar; -----
- 6. Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do Código dos Contratos Públicos) bem como do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pela(s) entidade(s) adjudicatária(s) com a execução dos contratos a celebrar, se mostrou adequado adotar o procedimento do tipo concurso público, com publicação do anúncio no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia, tudo em conformidade, designadamente, com o previsto no artigo 16.º n.º 1, alínea c), artigos 17.º, 18.º e 20.º n.º 1, alínea a), todos do Código dos Contratos Públicos; -----
- 7. No que ao Município de Santa Marta de Penaguião diz respeito, o órgão competente para contratar, autorizar a despesa, escolher o procedimento, aprovar os documentos pré-contratuais, aprovar a minuta de contrato, bem como para quaisquer outros atos inerentes ao procedimento aquisitivo em apreço é a Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, uma vez que - de acordo com o quadro anexo, remetido pela Comunidade Intermunicipal do Douro, representante do agrupamento referido no ponto 4 - se estima que tendo em conta os consumos e valores atuais do mercado, com a execução de todas as prestações relativas ao Município de Santa Marta de Penaguião que constituem o objeto do contrato, o preço contratual a pagar pela componente da energia em mercado liberalizado possa ser na ordem de 236 954,70€ a que acrescerão as parcelas relativas a outras componentes taxadas nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis, e consequentemente não sujeitas a concurso, nomeadamente as tarifas relativas às parcelas das “Componentes de Acesso às Redes”, fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos



(ERSE), as “taxas de radiodifusão (contribuição audiovisual)”, e o “imposto especial sobre o consumo de eletricidade”, acrescendo-se igualmente os respetivos IVAs às taxas legais em vigor.

----- 8. O encargo total com o contrato (com todas as componentes referidas no ponto anterior) estima-se em 600 584,94 €, de acordo com o quadro anexo, remetido pela Comunidade Intermunicipal do Douro (representante do agrupamento referido no ponto 4), cujos encargos terão reflexos em 2020 (300 292,47 €) e 2021 (300 292,47 €), acautelando-se o montante do contrato para cada ano em sede de elaboração dos respetivos documentos previsionais. -----

----- 9. De acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (regime jurídico da realização das despesas públicas) e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, foi já obtido por parte da Assembleia Municipal, conforme deliberação datada de 30/11/2018, a autorização prévia para a assunção dos compromissos plurianuais inerentes ao contrato a celebrar, compromissos plurianuais esses a autorizar em valor correspondente ao dos encargos de 2020 e 2021. -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião delibere aprovar: -----

----- a. A minuta do protocolo a ser celebrado entre a CIMDOURO e os Municípios de Alijó, Armamar, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Lamego, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Moimenta da Beira, Penedono, S. João da Pesqueira, Sernancelhe, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Tabuaço, Tarouca, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa e Vila Real, a EMARVR - Empresa municipal de águas e resíduos de vila real, E.M., a Vila Real Social Habitação E.M e a Freguesia do Pinhão, que consta em anexo, e que visa o estabelecimento de regras para constituição de um agrupamento de entidades adjudicantes para lançamento de procedimento aquisitivo e subsequente celebração de contrato(s) em ordem à aquisição de energia elétrica (em Média Tensão, Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal), para as diversas instalações das entidades subscritoras; -----

----- b. A autorização para início e tipo de procedimento que correrá sob a forma de concurso público, com publicitação no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia, em conformidade, designadamente, com o previsto no artigo 16.º n.º 1, alínea c), artigos 17.º, 18.º e 20.º, n.º 1, alínea a), todos do Código dos Contratos Públicos (CCP). -----

----- c. Designar a Comunidade Intermunicipal do Douro como representante do Agrupamento delegando-lhe as competências necessárias para promover e praticar todos os actos e



procedimentos necessários com vista ao lançamento do concurso, nos termos do previsto nas cláusulas 4ª e 8ª do Protocolo anteriormente referido.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a aquisição de energia elétrica, para os anos 2020 e 2021, nos termos da informação dos Serviços Técnicos.** -----

**Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis
(IMT) – Exercício do Direito de Preferência – julho 2019**

----- 9 – Presente à reunião informação da Chefe de Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

----- I - ENQUADRAMENTO NA LEI -----

----- Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 55.º do Código do Imposto Municipal sobre Transmissões (IMT), aprovado pelo Decreto-lei n.º 287/2003, de 12 Novembro, alterado pelo Decreto-lei n.º 211/2005, de 7 de Dezembro a Direcção-Geral dos Impostos disponibiliza, por via eletrónica, à câmara municipal da área da situação do imóvel a informação relativa às escrituras lavradas no mês anterior. -----

----- Neste contexto, os serviços técnicos procederam à consulta on-line ao modelo 1 disponível no site da Direcção Geral de Finanças referente ao mês de julho, de 2019. -----

----- De acordo com o disposto no nº 1 do artigo 55º do supracitado Código, sob a epígrafe “*Direito de preferência de organismos públicos*”, pode ler-se “se, por indicação inexata do preço, ou simulação deste, o imposto tiver sido liquidado por valor inferior ao devido, o Estado, as autarquias locais e demais pessoas coletivas de direito público, representados pelo Ministério Público, poderão preferir na venda, desde que assim o requeiram perante os tribunais comuns e provem que o valor por que o IMT deveria ter sido liquidado excede em 30% ou em (euro) 5000, pelo menos, o valor sobre que incidiu”. -----

----- II - ANÁLISE DOS VALORES DE VENDAS E DO VALOR DE LIQUIDAÇÃO DO IMT -----

----- Da análise dos valores de venda declarados dos bens no espaço temporal em questão constatamos que os referentes aos prédios rústicos são extremamente baixos -----

----- III - PROPOSTA DE DECISÃO -----



----- Considerando que atualmente a Câmara Municipal não tem programado estudos urbanísticos prévios para as áreas em que se localizam os inúmeros imóveis que constam da relação anexa nem dispõem de projetos de obras municipais aprovados ou em fase de elaboração, estes serviços técnicos são de entendimento que, a Câmara Municipal não deverá exercer o direito de preferência dos prédios que constam dos documentos anexos.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, não exercer o direito de preferência, nos termos da informação dos Serviços Técnicos.** -----

**Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis
(IMT) – Exercício do Direito de Preferência – agosto 2019**

----- 10 – Presente à reunião informação da Chefe de Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

----- “I - ENQUADRAMENTO NA LEI -----

----- Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 55.º do Código do Imposto Municipal sobre Transmissões (IMT), aprovado pelo Decreto-lei n.º 287/2003, de 12 Novembro, alterado pelo Decreto-lei n.º 211/2005, de 7 de Dezembro a Direcção-Geral dos Impostos disponibiliza, por via eletrónica, à câmara municipal da área da situação do imóvel a informação relativa às escrituras lavradas no mês anterior. -----

----- Neste contexto, os serviços técnicos procederam à consulta on-line ao modelo 1 disponível no site da Direcção Geral de Finanças referente ao mês de agosto, de 2019. -----

----- De acordo com o disposto no nº 1 do artigo 55º do supracitado Código, sob a epígrafe “*Direito de preferência de organismos públicos*”, pode ler-se “se, por indicação inexata do preço, ou simulação deste, o imposto tiver sido liquidado por valor inferior ao devido, o Estado, as autarquias locais e demais pessoas colectivas de direito público, representados pelo Ministério Público, poderão preferir na venda, desde que assim o requeiram perante os tribunais comuns e provem que o valor por que o IMT deveria ter sido liquidado excede em 30% ou em (euro) 5000, pelo menos, o valor sobre que incidiu”. -----

----- II - ANÁLISE DOS VALORES DE VENDAS E DO VALOR DE LIQUIDAÇÃO DO IMT-----



----- Da análise dos valores de venda declarados dos bens no espaço temporal em questão constatamos que os referentes aos prédios rústicos são extremamente baixos. -----

----- III - PROPOSTA DE DECISÃO -----

----- Considerando que atualmente a Câmara Municipal não tem programado estudos urbanísticos prévios para as áreas em que se localizam os inúmeros imóveis que constam da relação anexa nem dispõem de projetos de obras municipais aprovados ou em fase de elaboração, estes serviços técnicos são de entendimento que, a Câmara Municipal não deverá exercer o direito de preferência dos prédios que constam dos documentos anexos." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, não exercer o direito de preferência, nos termos da informação dos Serviços Técnicos.** -----

**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO,
AÇÃO SOCIAL E TURISMO**

**Aprovação de Protocolo de Cooperação com o Agrupamento
de Escolas do Concelho de Santa Marta de Penaguião**

----- 11 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- “No prosseguimento do objetivo do Município de Santa Marta de Penaguião de sermos a melhor escola do país, consideramos que a equidade e a igualdade escolar são pedras basilares para a construção de uma educação e formação que se pretende de qualidade. Desta forma, o Município está sempre disposto a contribuir aos desafios que lhe são apresentados e propostos. -

----- O Protocolo de Cooperação com o Agrupamento de Escolas visa contribuir para uma melhoria da qualidade do desenvolvimento das atividades escolares definidas no âmbito dos projetos educativos das escolas e do agrupamento de escolas, reforçando o princípio da gratuidade da escolaridade obrigatória para todos. -----



----- Com este protocolo o Município compromete-se a compartilhar as atividades definidas pelas escolas do ensino pré-escolar, do 1º, do 2º e do 3º Ciclos, através de uma verba a transferir para o Agrupamento que será o responsável pela sua gestão; -----

----- Considerando que visamos a melhoria do nosso sistema educativo, da nossa escola, procurando ser uma referência, proponho ao executivo a aprovação do referido protocolo e dos montantes referidos no mesmo.” -----

----- Os serviços de contabilidade informaram que a despesa tem cabimento orçamental registado sob o n.º 1179. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a celebração do Protocolo de Cooperação com o Agrupamento de Escolas para o ano letivo 2019/2020 e respetiva minuta, nos termos da proposta, bem como o encargo no valor de 7.275,00€ (sete mil, duzentos e setenta e cinco euros).** -----

Serviço da Ação social

Fábrica da Igreja de Fontes – Capela Santa Maria Madalena – Póvoa da Serra – Pedido de Comparticipação Financeira

----- 12 – Presente à reunião ofício da Fábrica da Igreja de Fontes, registado sob o n.º 2037, de 17 do corrente mês de setembro com o seguinte teor: -----

----- “Enquanto Pároco e Presidente da Fábrica da Igreja de Fontes e da Comissão Administrativa da Capela de Santa Maria Madalena da Póvoa da Serra, venho pedir um subsídio de ajuda para as obras de restauro da mesma Capela que incluem o arranjo do retábulo do altar e de duas imagens, no valor de 5.425,00€ (cinco mil, quatrocentos e vinte e cinco euros). -----

----- Cientes da ajuda que o Município nos dará, desde já, antecipadamente, agradecemos. “ -----

----- Os serviços de contabilidade informaram que a despesa tem cabimento orçamental registado sob o n.º 1167. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 2.500,00€ (dois mil e quinhentos euros).** -----

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião

----- 13 – E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 12:00 horas. -----

O Chefe de Divisão,



(António Augusto Amaral Sequeira)

O Presidente Câmara,



(Luís Reguengo Machado, Dr.)